

O processo de modernização conservadora na Alemanha e suas repercussões sociais na transição para o século XX

Resumo

Doutoranda em Sociologia pela Universidade de São Paulo; Professora de Sociologia do Trabalho da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas - RJ. joanandrade@uol.com.br

Na transição do século XIX para o século XX a Alemanha atravessou um período de rápidas e profundas transformações econômicas, políticas e sociais. As mudanças estruturais originadas de sua tardia expansão industrial, comercial e financeira propiciaram a reconfiguração de forças no interior da sociedade alemã. A incorporação de grupos burgueses nos escalões inferiores do establishment cortesão-aristocrático e sua progressiva infiltração nos altos postos da administração civil e do oficialato militar garantiu sua aliança com as elites agrárias e a instituição de um modelo de “modernização conservadora”. Em troca do apoio ao governo e da submissão ao poder da aristocracia, as burguesias conseguiram o atendimento de várias reivindicações de cunho econômico, além de manterem sob controle as camadas proletárias em plena expansão. Este artigo tem por objetivo analisar as particularidades do processo de industrialização alemã que possibilitaram a construção de um movimento operário forte e independente.

Palavras-chave: Alemanha. Modernização. Grupos sociais.

Abstract

In the transition from the nineteenth to the twentieth century, Germany faced a period of quick and deep economical, political and social transformations. The structural changes originated of its late industrial, commercial and financial expansion propitiated the reconfiguration of forces inside the German society. The incorporation of bourgeois groups in the inferior levels of the courtier-aristocratic establishment and its progressive infiltration in the high positions of the civil administration and of the military officership guaranteed an alliance with the agrarian elites and the institution of a model of “conservative modernization”. In exchange for support to the government and the submission to the power of

the aristocracy, the bourgeoisies had their economical claims assimilated, while maintaining under control the growing proletarian layers. This article intends to analyze the particularities of the process of German's industrialization that made possible the construction of a strong and independent worker's movement.

Key-words: Germany. Modernization. Social groups.

O início da década de 1870 foi marcado pela incidência de uma grave crise econômica na Europa que vigorou até meados dos anos 90. Os inúmeros avanços nos setores de transportes marítimos e terrestres propiciaram o acirramento da competição entre produtos europeus e norte-americanos, conduzindo à queda dos preços dos alimentos e das matérias-primas e a uma prolongada recessão econômica.

Na Alemanha recém-unificada a concorrência com produtos agrícolas estrangeiros afetou as relações entre o campo e a cidade de modo significativo. A grande depressão causada pela queda dos preços agrícolas - particularmente de cereais, carnes e vegetais - levou à ruína de pequenos camponeses do oeste e do sudoeste do Império. Nestas regiões havia o predomínio de pequenas propriedades em que os camponeses mantinham certo grau de independência. Estes camponeses cultivavam suas próprias terras ou as arrendavam para o cultivo de sua pequena lavoura. Devido ao seu tamanho e isolamento, ficavam extremamente vulneráveis diante do decréscimo dos preços agrícolas e freqüentemente eram levados a hipotecar ou a vender suas terras.

Diferentemente, a noroeste (em Schleswig-Holstein) e ao sul (na Baixa Saxônia e na Baviera), onde predominavam os grandes e médios camponeses que não podiam cultivar suas terras sem parceiros, servos ou jornaleiros, foram criadas cooperativas e comunidades agrícolas que forneciam uma rede de apoio aos proprietários, evitando deste modo a sua falência. Já a leste do rio Elba, abrangendo grande parte do território da Prússia e de Mecklemburg, preponderava as grandes propriedades rurais e a agricultura em larga escala que fazia uso de criados, parceiros e trabalhadores assalariados. Dedicados ao cultivo intensivo de cereais (principalmente do trigo), beterrabas e batatas, destinados não apenas ao mercado interno, mas à exportação agrícola, os grandes proprietários rurais de origem nobre viram-se extremamente prejudicados com a crise no campo. Diante desta situação, muitos buscaram diversificar seus investimentos, recorrendo, por exemplo, à compra e locação de imóveis urbanos; já outros aproveitaram a queda nos preços das terras para expandir seu domínio fundiário, tomando-as das mãos de pequenos e médios proprietários.

O declínio econômico dos grandes proprietários prussianos, no entanto, não determinou a perda de seu poder político e social. Desfrutando de uma posição privilegiada no governo, conseguiram assegurar tarifas alfandegárias, taxas de juros, subsídios e impostos que lhes eram favoráveis. Deste modo, garantiram a aprovação, em 1879, de uma série de medidas protecionistas que tinham em vista a elevação dos preços dos alimentos e das manufaturas, salvaguardando os interesses dos “senhores do aço e do centeio”.

O auxílio governamental às elites agrárias, seja através da implementação de tarifas alfandegárias ou da concessão de transporte subsidiado, crédito barato e descontos em impostos, demonstra o prestígio e domínio reservados à nobreza, que permanecia exercendo um papel dirigente conservador e semi-autocrático. Arno Mayer, em “*A Força da Tradição*”, ressaltou a primazia destas elites tradicionais que, além de conservarem sua supremacia na sociedade política, ainda retinham imensa riqueza e influência social e cultural. Segundo o autor, sua posição era “sólida e terrível” - e não precária e anacrônica - precisamente porque seu imenso capital era não apenas cultural e simbólico, mas também econômico. Embora sua base material estivesse se debilitando devido ao relativo declínio do setor agrário, as nobrezas sustentariam suas fortunas econômicas graças à obtenção de apoio governamental, investimentos no setor não-agrário e a adoção de hábeis estratégias matrimoniais que os vinculavam à nascente burguesia industrial e financeira (MAYER, 1987: 131).

Além de possuírem praticamente todos os latifúndios, os nobres detinham o monopólio dos altos cargos do funcionalismo público civil e militar. A maioria dos Ministros, Secretários de Estado e membros do corpo diplomático eram provenientes de famílias aristocráticas. Contudo, de acordo com Mayer, a nobreza carecia das habilitações necessárias para ocupar os escalões mais altos dos Ministérios da Guerra, Finanças, Agricultura e Justiça. Conseqüentemente, nestas áreas ter-se-ia verificado a ascensão política de elementos oriundos da alta burguesia.

A incorporação de grupos burgueses nos escalões inferiores do *establishment* cortesão-aristocrático e sua progressiva infiltração nos altos postos da administração civil e do oficialato militar não significou, porém, uma ameaça ao *status quo*. A burguesia emergente não contestava nem o *status* social nem o poder da aristocracia. Neste sentido, agia menos como uma classe social “para si” - com um projeto político e cultural abrangente - do que um grupo de interesse e pressão em busca de objetivos econômicos.

Consoante o entendimento de Arno Mayer, a falta de coesão social e cultural entre os membros da burguesia industrial nacional e internacional, associada à sua desvantagem numérica e econômica, inviabilizava quaisquer pretensões de oferecerem resistência ao poder das elites tradicionais. Logo, às burguesias emergentes - enfraquecidas pelas divisões internas entre a indústria pesada e a manufatura de bens de consumo em grande escala (e seus respectivos associados bancários) e, ao mesmo tempo, separadas da pequena manufatura e do comércio (o que as desprovia de uma ampla base popular) - foi reservado um papel político secundário como aliadas das classes governantes.

Em troca do apoio ao governo e da submissão ao poder da elite agrária, as burguesias conseguiam o atendimento de várias reivindicações de cunho econômico, além de manter sob controle as camadas proletárias em plena expansão. Como observou Engels, em seu prefácio de 1891 à “*Guerra Camponesa na Alemanha*”,

por um lado o governo, a passos de tartaruga, reforma as leis no interesse da burguesia, elimina os entraves feudais e os obstáculos criados pelo particularismo dos pequenos Estados, que impedem o desenvolvimento da indústria; introduz a unidade das moedas, dos pesos e medidas, estabelece a liberdade de indústria, etc; implanta a liberdade de domicílio, pondo assim à disposição do capital e em forma ilimitada a mão-de-obra da

Alemanha; fomenta o comércio e a especulação; por outro lado, a burguesia cede ao governo todo o poder político efetivo, aprova os impostos, os empréstimos e o recrutamento de soldados e ajuda a formular todas as novas leis de reforma, de modo que o velho poder policial sobre os elementos indesejáveis conserve toda a sua força. A burguesia adquire sua paulatina emancipação social ao preço de sua renúncia imediata a um poder político próprio (MARX, ENGELS, 1980: 199).

A subordinação política e cultural da burguesia industrial e financeira à aristocracia manifestava-se também na assunção de uma mentalidade autoritária e militarizada e na adoção dos valores pertencentes ao código de comportamento monárquico-aristocrático. A fim de assegurar seus interesses e adquirir prestígio e legitimidade social, a alta burguesia do Império passou, portanto, por um processo de “aristocratização” ou “enobrecimento”. Além do ingresso no serviço público civil e militar, da obtenção de títulos e ordens honoríficas e da aristocratização de nomes de família, seus membros reproduziam o código social e o estilo de vida da aristocracia. Deste modo, conforme atenta Mayer,

a velha nobreza rural e os novos magnatas do capital na realidade nunca entraram numa rota de colisão. No máximo acotovelavam-se ao manobrem em busca de posições entre as classes dirigentes, onde a burguesia permanecia como seguidora e pretendente feudal. Nobres inveterados ocupavam e controlavam rigidamente o acesso ao alto patamar social, cultural e político a que aspirava a burguesia. Com uma flexibilidade e capacidade de adaptação características, e capitalizando a avidez do elemento burguês por *status* e avanço social, os grandes notáveis admitiam em seu meio postulantes individuais oriundos do mundo dos negócios e profissões. Em vez de ceder terreno institucional, optavam por essa cooptação seletiva [grifo nosso], seguros de sua habilidade para conter e neutralizar sua simultânea contaminação ideológica e cultural (MAYER, 1987, 89).

A assimilação do ritual, da mística e dos valores cortesão-aristocráticos encontrava lugar nas escolas e instituições culturais da elite. Nos *Gymnasien* era propagado o ensino secundário clássico, centrado na *Bildung*, destinado a uma elite social seleta que, assim, garantia sua via de ingresso na universidade. Desta maneira, embora o ensino superior fosse público - posto que os *Kulturministerien* dos Estados financiavam e administravam as escolas secundárias e universidades - apenas uma pequena fração da população tinha acesso ao ensino tradicional e aos privilégios oficiais dele decorrentes, como a possibilidade de ingresso em carreiras no serviço público civil, na Igreja, em profissões liberais e na academia.

Concomitantemente verificava-se a expansão do funcionalismo burocrático civil e militar, dando origem a uma nova classe média que se infiltrava no corpo das grandes empresas e sociedades por ações, nas organizações públicas e privadas, na imprensa, no sistema educativo e na administração estatal e local. Como Weber observou, estas novas categorias de funcionários e técnicos eram caracterizadas pelo formalismo na realização de suas atribuições e pela impessoalidade de seus vínculos empregatícios - com salário, pensão, critérios de promoção, treinamento especializado, divisão funcional do trabalho, áreas bem definidas de jurisdição, processos documentados e ordenação hierárquica (WEBER, 1974: 117). Por conseguinte, a educação superior converteu-se em um fator importante na estratificação social, uma vez que através dela as classes médias abastadas

puderam constituir uma elite culta de funcionários públicos, acadêmicos e profissionais liberais que passaram a integrar inclusive o aparelho do Estado.

Deste modo, conforme exposto por Fritz Ringer, graças à vinculação entre as universidades e a burocracia estatal, “acabou surgindo, paralelamente à estratificação tradicional pelo nascimento, uma nova divisão da sociedade com base na profissão e no grau de instrução” (RINGER, 2000: 31), permitindo à classe média alta não-empresarial - a “aristocracia mandarim da cultura” - tornar-se parte da classe governante funcional do país (RINGER, 2000: 51). Esta elite intelectual formaria uma “aristocracia da educação”, apegada a valores éticos, estéticos e políticos tradicionais. Isto era evidenciado desde o momento de ingresso dos estudantes nas universidades, quando estes procuravam aderir a confrarias (*Landsmannschaften*) orientadas por um *ethos* guerreiro, centrado em valores tradicionais de honra, disciplina, lealdade, obediência e coragem. Tais agremiações estudantis possuíam uma estrutura hierárquica e autoritária, exigindo de seus integrantes o apego ao código de conduta aristocrático, expresso especialmente através da prática do duelo. Desta maneira, os estudantes das classes médias abastadas poderiam se infiltrar em organizações tradicionais, com vistas a superar estigmas e adquirir maior *status* na sociedade.

O cultivo dos valores tradicionais nas universidades alemãs e sua vinculação com o Estado abriram caminho para que estas constituíssem locais privilegiados para o florescimento do pensamento conservador. A visão predominante entre os “mandarins” alemães, isto é, a elite culta da academia, apresentava fortes elementos religiosos, aristocráticos, autoritários e nacionalistas. A “ortodoxia mandarim” demonstrava profundo receio em relação à democracia representativa e à sociedade industrial, e, em contrapartida, exaltava freqüentemente os valores herdados da antiga ordem feudal. Assim, criticavam a expansão do domínio do capital, do egoísmo e do pragmatismo, e defendiam o rejuvenescimento ético da vida política. Segundo Weber (1974: 33), tal tipo de conservadorismo possuía a pretensão de “proteger o espírito alemão da contaminação pela democracia”, defendendo uma política de contenção das classes trabalhadoras.

Estes representantes intelectuais dos *junkers* e da alta burguesia industrial e financeira pregavam igualmente em favor do protecionismo econômico e da expansão territorial. Conseqüentemente, em 1891, um considerável número de professores universitários, gerais, jornalistas, políticos e industriais reuniram-se em torno da Liga Pangermanista (*Alldeutscher Verband*), no intuito de fornecer apoio à política expansionista promovida pelo governo.

Não obstante o peso exercido pelo conservadorismo sobre o ensino superior, convém ressaltar que a elite culta também possuía seus elementos progressistas ou, seguindo a denominação Ringer, “modernistas”. Estes intelectuais não expressavam grande simpatia pelos objetivos específicos de classe nem da burguesia empresarial emergente nem das classes tradicionais agrárias e aristocráticas. Tampouco cediam às reivindicações radicais de artesãos e operários social-democratas, encaradas como inconstantes e caóticas. De acordo com Ringer (2000: 127), o interesse destes intelectuais por questões de ordem econômica e social limitava-se a um anseio muito vago de harmonia social e a exigência da intervenção governamental com vistas à implementação de reformas moderadas. Destarte, tanto conservadores como modernistas expressavam uma forte ligação com o Estado e as classes governantes e certa apreensão em relação à nova sociedade industrial e seus conflitos

internos.

Como foi visto, ao permearem o Estado e os grupos dirigentes, as burguesias emergentes assumiram em larga medida a mentalidade aristocrática e conservadora das nobrezas do Império. Com efeito, como nos explica Norbert Elias (1997: 66), em “*Os Alemães*”, “vastos setores da alta burguesia, com os escalões superiores do funcionalismo civil e os bacharéis na liderança, submeteram-se prazerosamente e, muitas vezes, com entusiasmo à liderança política e militar da corte e da nobreza.” Desta forma, a sociedade em vias de modernização manteve uma estrutura social aristocrática mediante a “simbiose ativa” - nas palavras de Schumpeter - entre os dois estratos sociais (MAYER, 1987: 40). Logo, privilégios sociais, *status*, prestígio e o caráter autoritário que compunham a marca política da aristocracia passaram a integrar as pretensões da burguesia, dando origem à figura do “plebeu de verniz” (WEBER, 1974: 117). Em outras palavras,

Enquanto a elite agrária sólida e tradicional era excessivamente absorvente e elástica, a burguesia era singularmente impressionável e flácida. Os magnatas do capital e das altas profissões liberais nunca se aglutinaram o suficiente para contestar seriamente o domínio social, cultural e ideológico da antiga classe dominante, e o fato de a nobreza continuar a cooptar alguns dos mais ricos e talentosos dentre eles contribuiu apenas em parte para isso. Acima de tudo o burguês, devido a seu caráter bajulatório, empenho na escalada social e anseio de enobrecimento, negava-se avidamente a si próprio [grifo nosso]. **Sua suprema ambição não era atacar ou derrubar o *establishment* senhorial, mas penetrar nele** [grifo nosso]. Para os grandes negociantes, financistas e profissionais liberais, social e psicologicamente inseguros, a alta burguesia “era apenas uma antecâmara para a nobreza”, e sua “mais alta aspiração era, em primeiro lugar, conseguir a admissão à nobreza e, depois, ascender no seu interior” (MAYER, 1987: 91-92).

Conforme aduz Arno Mayer (1987: 104), “essa maciça, reverente e venal adaptação social e cultural da burguesia ajudou a abrir canais de acesso à sociedade política, onde o elemento feudal continuava a dominar”. Sendo assim, os magnatas do capital barganhavam seus direitos e reivindicações políticas por vantagens econômicas, *status social* e privilégio civil. Defrontada com o espantoso crescimento dos partidos social-democratas, a burguesia abdicou de disputas com a classe dirigente para engajar-se em uma frente conservadora e autoritária que garantia suporte ao governo imperial semi-autocrático. Ao invés de exercer pressão por uma democratização política, a burguesia alemã agrupou-se em torno de partidos “moldados à sua própria imagem subserviente”, que se restringiam basicamente à defesa e promoção de seus interesses econômicos.

Como nos mostra Engels, o equilíbrio entre a nobreza latifundiária e a burguesia abriu caminho para o estabelecimento de uma “monarquia bonapartista moderna”, na qual os *junkers* controlavam a política tanto através da Câmara dos Lordes prussiana e no *Landtag* (onde havia o sistema eleitoral por classes), quanto através do *Reichstag*, no qual saíam fortalecidos devido à defasagem do censo eleitoral que acabava por favorecer os distritos agrários:

O verdadeiro poder governamental encontra-se em mãos de uma casta especial de oficiais e funcionários recrutada, na Prússia, em parte no seio de suas próprias fileiras, em parte entre a pequena nobreza, e em menor medida ainda entre a burguesia. A independência desta casta, que parece manter-se fora e, por assim dizer, acima da sociedade, confere ao Estado uma aparência de independência em relação à sociedade (MARX, ENGELS,

1980a: 157).

A limitação das reformas burguesas à implantação, em 1866, do sistema único de pesos e medidas, da liberdade de domicílio e de liberdade de indústria e comércio, possibilitou então o avanço do desenvolvimento industrial sem, contudo, alterar as estruturas sociais, culturais e políticas tradicionais. Por conseguinte, até 1914, “o capitalismo industrial e financeiro, para não falar do capitalismo gerencial, continuou a ter importância secundária, não só em termos econômicos, inclusive quanto à economia internacional, mas ainda em termos de classe, *status* e poder” (MAYER, 1987: 53).

Consoante expõe Norbert Elias, “ao contrário do que sugere o uso um tanto impreciso da expressão ‘sociedade capitalista’, no período após 1871, os capitalistas financeiramente poderosos não formavam ainda, em absoluto, o estrato socialmente mais poderoso e, concomitantemente, o mais elevado da sociedade alemã” (ELIAS, 1997: 54). Corroborando tal concepção, Mayer destacou que a crise econômica que se estendeu dos meados dos anos 1870 a meados dos anos 1890, não chegou a ser um divisor de águas entre o velho e o novo capitalismo e tampouco inaugurou uma era de “conflitos aguçados entre o crescimento da capacidade produtiva e a rentabilidade do negócio”. Para o autor, embora o novo capitalismo se estabelecesse sob a forma de centros de crescimento semi-autônomos dentro das estruturas econômicas existentes, não estava em posição de assumir o comando sobre a economia política da Europa (MAYER, 1987: 28).

Mesmo o rápido e substancial desenvolvimento industrial levado a efeito a partir de meados do século XIX, impulsionado pelo progresso nas técnicas de produção, não teria conseguido tornar o novo capitalismo capaz de suplantiar a agricultura e a manufatura de bens de consumo, que continuavam a superar o setor de bens de capital. Apesar dos avanços do novo capitalismo, a agricultura, a propriedade imobiliária urbana e a manufatura de bens de consumo continuavam a empregar grande parte da força de trabalho da Alemanha e a gerar uma maior porção do produto nacional bruto. Assim, como Mayer apontou, “o setor de bens de capital era como um arquipélago rodeado por vastos oceanos de agricultura e manufatura tradicional” (MAYER, 1987: 30).

Durante todo século XIX e início do século XX os proprietários de pequenas oficinas constituíram a espinha dorsal da classe média baixa independente. Enquanto a economia permanecia dominada pelo capitalismo mercantil e manufatureiro - principalmente de bens de consumo como produtos têxteis, gêneros alimentícios, couro e madeira -, o capitalismo monopolista financeiro ou industrial estaria ainda entrando em sua fase inicial de crescimento:

Centrado nas e em torno das cidades mais antigas, o mundo das oficinas e artesãos obscurecia as fábricas e a mão-de-obra proletária dos centros urbanos e zonas industriais mais recentes em termos de força de trabalho, capitalização e valor da produção. Paradoxalmente, o crescimento da produção fabril e das cidades beneficiou as oficinas e os trabalhadores artesanais, ao estimular a demanda de bens e serviços que apenas eles poderiam fornecer, em particular quanto à moradia, alimentação, vestuário e instrumentos de precisão. Em outras palavras, enquanto alguns ramos da manufatura tradicional indubitavelmente se contraíam ou estagnavam, outros floresciam e se expandiam (MAYER, 1987: 44).

Portanto, as empresas com produção em grande escala, capital intensivo, financiamento externo a longo prazo e força de trabalho proletária constituíam a exceção diante do vasto setor manufatureiro de pequenos trabalhadores e capitalistas familiares com mão-de-obra de artífices e artesãos que trabalhavam em pequenos galpões ou oficinas com até 5 trabalhadores. A proliferação da indústria doméstica, realizada em condições precárias e insalubres, ocorreu principalmente na Alemanha central - onde todas as formas de produção e de propriedade apareciam mescladas em proporções diferentes segundo a localidade (MARX, ENGELS, 1980a: 226-227).

Esta indústria de domicílio rural, praticada em aliança com a horticultura ou o pequeno cultivo, comporia, para Engels, a base para a “jovem grande indústria alemã” (MARX, ENGELS, 1980a: 110). De acordo com o autor, os produtos - como fumo e tecidos - derivados do trabalho a domicílio rural e da utilização de mão-de-obra familiar, seriam vendidos no mercado a preços muito baixos, devido à concorrência com a produção mecanizada, afetando o nível geral dos salários, tanto no campo como nas cidades.

Embora os artesãos continuassem a ser o elemento dominante na classe trabalhadora, vinham sofrendo com as pressões e desgastes da modernização capitalista. Como nos mostra Mayer (1987: 45), ao serem defrontados com importantes mudanças nos métodos de produção e distribuição, os artesãos tinham de lutar arduamente para manter sua autonomia, qualificação, *status* e padrão de vida, posto que, ao contrário dos trabalhadores nas indústrias de bens de capital, extração mineral e ferrovias, que se organizavam por ramos industriais, eles continuavam divididos por ofícios artesanais. Deste modo, “ciosos de sua independência pessoal e profissional, os artesãos tinham dificuldade em desenvolver instrumentos e estratégias de autodefesa que ocupassem o lugar das guildas e salvaguardas legais que presumivelmente lhes havia servido tão bem em outros tempos difíceis”.

Não obstante a permanência e adaptação das pequenas e médias manufaturas, a década de 1890 testemunhou um grande surto industrial que engendrou transformações econômicas, políticas e sociais em um ritmo e intensidade sem precedentes na história alemã. Por conseguinte, após um longo período de depressão econômica e ciclos de recessão, que abarcou as décadas de 1870 e 1880, tem início na Alemanha uma fase de grande prosperidade e expansão capitalista.

Esta “revolução industrial”, experimentada tardiamente pela Alemanha, foi produto direto de uma política econômica de forte incentivo à industrialização e ao comércio - levada a efeito por Bismarck desde os primórdios do Império - aliada ao financiamento proveniente de bancos e empresas privadas. A origem deste processo de expansão capitalista e industrialização, que remete ao período anterior à unificação política do Império, foi descrita por Engels no segundo prefácio à “*Contribuição ao problema da habitação*”, de 1887:

A Alemanha surgia tardiamente no mercado mundial. Nossa grande indústria teve início na década de 40 e recebeu o seu primeiro impulso na Revolução de 1848; não pôde desenvolver-se plenamente senão quando as revoluções de 1866 e 1870 varreram de seu caminho pelo menos os piores obstáculos políticos (MARX, ENGELS, 1980a: 113).

O governo desempenhou papel ativo no processo de desenvolvimento econômico através da implementação de um sistema de crédito e subsídios direcionado às indústrias pesadas, químicas

e elétricas, do investimento em institutos independentes e em universidades que desenvolviam pesquisas aplicadas aos setores industriais (como a de Berlim, Heidelberg, Bonn, Göttingen e Giessen), da ampliação da rede ferroviária e da construção de um sistema de transporte marítimo. Estas medidas produziram rápidos e eficientes resultados, transformando a Alemanha, em apenas algumas décadas, em um dos países mais industrializados do mundo.

Tal política se fez possível, entre outras razões, graças ao montante de cinco bilhões de francos pagos como indenização pelo governo francês, após a derrota de 1870. Como salienta Engels, no referido prefácio,

choviam sobre a Alemanha os bilhões franceses; o Estado pagou suas dívidas; construíram-se fortificações e quartéis e foram renovados os estoques de armas e munições; o capital disponível, assim como a massa de dinheiro em circulação, aumentaram de repente em enorme escala. E tudo isso exatamente no momento em que a Alemanha surgia na cena mundial não só como “Império unido”, mas também como um grande país industrial. Os bilhões deram um formidável impulso à jovem grande indústria; foram eles, sobretudo, que trouxeram depois da guerra um curto período de prosperidade, rico em ilusões e, imediatamente em seguida à grande bancarrota de 1873/1874, que demonstrou que a Alemanha era um país industrial já maduro para participar no mercado mundial (MARX, ENGELS, 1980a: 107).

Como resultado, somente entre os anos de 1893 e 1902 a produção industrial teve crescimento de 45% (GUSTAFSSON, 1975: 23). Todavia, o processo de industrialização induziu à predominância de grandes empresas. De acordo com Arno Mayer (1987: 30), como as grandes fábricas de capital intensivo - que aumentavam a eficiência marginal da mão-de-obra - exigiam uma escala de investimentos que ultrapassava as capacidades financeiras do empreendimento familiar, mesmo empresas de controle familiar converteram-se em postos avançados do capitalismo gerencial de corporações, originando uma burguesia de negócios dotada de uma perspectiva nacional e de laços crescentes com o governo e os bancos de investimento.

A concentração industrial levou à criação de poderosos cartéis em setores como o do aço, do carvão e das indústrias químicas, freqüentemente controlados por grandes bancos especializados em crédito - como o *Reichsbank*, *Diskonto*, *Dresdner*, *Darmstädter*, ou *Deutsche*, por exemplo -, que na prática agiam como *holdings*. Logo, o número de grandes empresas entre os anos de 1882 e 1907 aumentou em 221%, enquanto que, no mesmo período, as médias empresas aumentaram em 137% e as pequenas sofreram um aumento de apenas 8% (GAY, 1975: 20).

Do mesmo modo, o número de trabalhadores empregados em grandes empresas aumentou em 231%, em médias 162% e em pequenas 24% (GUSTAFSSON, 1975: 20). O número de trabalhadores ocupados em pequenas indústrias representava 59% do total em 1882; 47% em 1895 e 37% em 1907, tendo sofrido, contudo, um aumento em termos absolutos, passando de 4, 3 milhões para 5, 4 milhões de trabalhadores. Simultaneamente, o número de trabalhadores ocupados em médias empresas teria aumentado, em termos absolutos, de 1, 4 milhões para 3, 6 milhões, compreendendo, em 1882, 19% do total; 24% em 1895 e 25% em 1907. Já as grandes empresas concentravam, em 1882, 22% da mão-de-obra total, em 1895, 30% e em 1907, 37%, o que significava um impressionante aumento absoluto de 1, 6 milhões para 5, 4 milhões de trabalha-

dores.

A inigualável taxa de crescimento apresentada pela Alemanha nos anos 90 refletia não apenas a rápida expansão da produção industrial de bens de consumo e capital, mas também o florescimento do capital financeiro e a recuperação da produção agrícola, favorecida pela montagem de uma ampla rede de transporte ferroviário e pelo crescimento populacional.

O sucessor de Bismarck, o chanceler Georg Leo von Caprivi, manteve o alto nível de crescimento ao longo dos anos noventa, procurando equilibrar as tensões e conciliar os interesses dos grandes proprietários rurais (reunidos no *Bund der Landwirte* - criado em 1893) e dos capitalistas industriais. Contudo, Caprivi não obteve sucesso neste empreendimento, na medida em que se viu obrigado a apoiar as demandas de livre-comércio da burguesia industrial e financeira e a firmar acordos comerciais com oito nações européias - válidos por um período de doze anos - que incluíam a redução das tarifas de importação de grãos. Esta iniciativa reavivou o descontentamento dos grandes proprietários rurais provocando um racha entre os partidos que apoiavam o governo.

Com vistas à reconquista do apoio dos conservadores, foram promulgadas, em 1902, leis tarifárias que reduziam o imposto sobre a terra e forneciam crédito facilitado para proprietários de terra. Estas medidas geraram um aumento nos preços dos gêneros alimentícios, agravado devido à implementação de uma política protecionista em 1905. Como conseqüência, as eleições de 1903 representaram uma grande vitória para a social-democracia, que contou com o apoio das massas populares insatisfeitas. Este fato levou à dissolução do *Reichstag* e a convocação de novas eleições. Na nova assembléia de 1906, o bloco anti-socialista - composto por conservadores, nacionais-liberais, progressistas e anti-semitas - detinha a maioria dos assentos: 203 dos 397.

A mesma estratégia de conciliação entre a nobreza fundiária e a burguesia industrial e financeira foi aventada por Bernhard von Bülow, a partir de 1900, consubstanciada em sua tentativa de composição de um bloco formado por forças pró-governistas, como medida para conter os avanços da social-democracia. Assim como Caprivi, Bülow enfrentou uma série de problemas em manter o bloco liberal-conservador unido, o que culminou em sua deposição pelo Imperador em 1909.

Não obstante a sua divergência quanto à política tarifária, tanto os grandes proprietários de terras quanto as emergentes classes industriais foram extremamente beneficiados pelo progresso econômico do período, alcançando patamares inéditos de acumulação. Por outro lado, o processo de consolidação do capitalismo na Alemanha gerou um incremento no nível de insegurança de trabalhadores do campo e da cidade. Embora os índices de desemprego durante toda a década de 1890 tenham se mantido extremamente baixos - variando de 3 e 6% entre 1891 e 1895; e de 1 a 1,5% entre 1895 e 1900 (GUSTAFSSON, 1975: 23) - e a queda dos preços dos gêneros alimentícios tenha proporcionado um aumento relativo dos salários, recuperando o poder aquisitivo dos assalariados urbanos, isto não repercutiu na melhora no padrão de vida das classes trabalhadoras de maneira geral.

A ruína dos pequenos camponeses, iniciada com a dissolução do regime comunal e da rotação obrigatória dos cultivos, os impeliu, juntamente com os assalariados do campo, a engrossarem as fileiras do proletariado urbano. A retração do emprego no campo - que em 1871 concentrava até 60% dos trabalhadores (RODES, 1964, 381) -, ocasionada pela mecanização das técnicas de cultivo

e pela falência de pequenos proprietários, conduziu grandes contingentes populacionais para as cidades. Weber, em artigo intitulado “*Capitalismo e sociedade rural na Alemanha*”, procurou esclarecer esta tendência:

Quanto mais a indústria alemã crescia no oeste, até atingir seu volume presente, tanto mais a população sofria uma enorme modificação; a emigração alcançou seu auge no leste alemão, onde apenas senhores e servos existiam em distritos demasiado amplos e dos quais os trabalhadores agrícolas fugiam, buscando livrar-se do isolamento e da dependência patriarcal, seja atravessando o oceano para os Estados Unidos, seja para o ar fumarento e poeirento, mas socialmente livre, das fábricas alemãs (WEBER, 1974: 111).

Com efeito, enquanto os postos de trabalho na indústria e no comércio aumentaram, no campo a situação foi inversa. Em 1895, 36% dos trabalhadores trabalhavam na agricultura, quase 40% na indústria e 12% nas áreas de comércio e comunicação, sendo o restante dividido entre funcionários do governo ou outros serviços.

O êxodo rural somado à queda das taxas de mortalidade e à diminuição da emigração acarretou um considerável crescimento populacional urbano. Entre 1871 e 1890 a população alemã aumentou de 41 milhões para mais de 49 milhões. Em 1900 chegou a mais de 56 milhões e em 1910 atingiu 64 milhões - apesar da emigração de mais de 2 milhões de alemães (RODES, 1964: 381). Assim, o número de grandes cidades alemãs em 1890, comparado ao início da década de 50, dobrou, além de suas populações terem triplicado de tamanho.

A concentração populacional nas grandes cidades determinou a criação de novas tarifas, o aumento no custo de vida (decorrente principalmente da alta nos preços dos grãos) e o agravamento da questão habitacional. Engels - que já havia analisado este mesmo processo em “A situação da classe operária na Inglaterra”, escrito em 1844 - nos apresenta um panorama dos efeitos da concentração urbana em uma série de três artigos escritos entre 1872 e 1873, publicados no *Volkstaat* sob o título “*Contribuição ao problema habitacional*”:

A época em que um país de antiga cultura realiza essa transição - além do mais, acelerada por circunstâncias tão favoráveis - da manufatura e da pequena produção à grande indústria, acontece ser também uma época de “penúria da habitação”. Por um lado, massas de operários rurais são atraídas subitamente para as grandes cidades, que se convertem em centros industriais; por outro lado, o traçado daquelas velhas cidades já não corresponde às condições da nova grande indústria nem ao seu grande movimento; as ruas são alargadas, abrem-se novas ruas, as ferrovias passam por elas. No momento mesmo em que os operários afluem em grande número às cidades, as habitações são destruídas em massa. Daí a repentina penúria de habitação para o operário, o pequeno comerciante e o artesão, que dependem da clientela operária (MARX, ENGELS, 1980a: 107).

A afluência repentina para as grandes cidades e o agravamento das condições sociais da classe trabalhadora são vistos por Engels como conseqüências necessárias do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Deste modo, a escassez da habitação, o aumento no preço dos aluguéis, a aglomeração e superlotação de inquilinos, as precárias condições sanitárias,

o ambiente insalubre dos bairros operários (focos de epidemias de cólera, tifo, febre tifóide e varíola) e o deslocamento dos bairros operários do centro para a periferia não poderiam ser remediados através de reformas sociais pontuais, meros paliativos alentados pelo socialismo burguês e pequeno-burguês que não alterariam a base fundamental da ordem social capitalista (Marx, Engels, 1980a: 116).

Enquanto as condições da classe operária nas cidades se agravavam, no campo a situação não era muito diferente. A miséria crescente dos pequenos camponeses e o avanço da moderna indústria alemã compeliram para que fosse estendida continuamente a indústria a domicílio rural (Marx, Engels, 1980a: 111). Desta forma, cada vez mais os pequenos camponeses encontrar-se-iam em situação mais caótica, recorrendo a agiotas na esperança de salvarem sua propriedade. Conforme observou Engels,

Vemos aqui claramente como, o que numa etapa anterior era a base de um bem-estar relativo dos operários - a combinação do cultivo e da indústria, a posse de uma casa, de uma horta e de um sítio, a segurança de uma habitação - hoje, sob o reinado da grande indústria, converte-se não somente na pior das cadeias para o operário, mas também na maior desgraça para toda a classe operária, na base de um descenso sem precedentes do salário abaixo de seu nível normal. E isso não apenas em alguns ramos da indústria ou em regiões isoladas, mas em escala nacional (Marx, Engels, 1980a: 113).

Para Engels, a precária condição de vida existente no campo poderia levar principalmente os assalariados rurais a apoiarem a causa proletária. Deste modo, caberia à social-democracia despertar a sua consciência de classe e incorporá-los ao movimento, pois “no dia em que a massa de operários agrícolas aprender a ter consciência de seus próprios interesses será impossível existir na Alemanha um governo reacionário, seja feudal, burocrático ou burguês” (Marx, Engels, 1980a: 197).

Cabe ressaltar que, ao contrário de Engels, que destacara a tendência ao declínio da pequena propriedade rural, Weber alegou que haveria uma “superioridade econômica” do pequeno agricultor sobre a agricultura de larga escala, devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho e à adaptabilidade às exigências do mercado local (WEBER, 1974: 104). Isto determinaria, portanto, a sobrevivência e prosperidade das pequenas propriedades rurais e manufaturas, mesmo diante do desenvolvimento das produções em larga escala. Weber, portanto, desconsiderou o argumento de Engels de que a conservação das pequenas propriedades rurais se deu às custas do empobrecimento e precarização da situação destes proprietários.

Como é possível constatar, a peculiar conjuntura econômica, política e social dos fins do século XIX e início do século XX proporcionou condições favoráveis à expansão do movimento operário alemão. Sua independência em relação às classes burguesas - aliadas ao governo semi-autocrático -, o desenvolvimento industrial e o crescimento das cidades, combinados à elevação no nível de instrução dos trabalhadores urbanos e o contato com um farto volume de materiais fornecidos pela imprensa socialista, foram fatores importantes para os extraordinários avanços do Partido Social-Democrata Alemão nos marcos da emergente sociedade capitalista.

Assim, o patente avanço industrial alemão possibilitou a constituição de “um poderoso exército do proletariado” que, de acordo com Engels, estaria “incessantemente em progresso, crescendo

dia a dia em número, organização, disciplina, clarividência e certeza da vitória” (Weber, 1974: 99). Já em 1892, Engels anunciava entusiasticamente:

Os progressos alcançados aqui há vinte e cinco anos não têm precedentes. O movimento operário alemão avança a uma velocidade acelerada. E se a burguesia alemã tem dado provas de sua ausência lamentável de capacidade política, de disciplina e perseverança, a classe operária da Alemanha demonstrou que possui em grau extraordinário todas essas qualidades. (...) No ponto em que se acham as coisas, será despropositado pensar que a Alemanha venha a se tornar também o cenário do primeiro grande triunfo do proletariado europeu? (Weber, 1974: 302).

A suplantação das dissidências internas entre lassalleanos e marxistas e a conjugação de forças na criação de um novo partido - cujos princípios encontravam-se definidos no Programa de Gotha - dotado de uma única direção e organização, malgrado suas contradições latentes, favoreceram o trabalho de propaganda e cooptação, trazendo para as fileiras da social-democracia parte significativa dos proletários urbanos, principalmente aquela formada pelos residentes nas grandes cidades.

Contudo, o persistente e ordenado esforço de difusão do socialismo e da promoção da luta de classes enfrentava inúmeros e relevantes obstáculos. O primeiro desafio a se impor à social-democracia consistia justamente na mobilização dos trabalhadores e na formação de sua consciência de classe. Como aponta Adam Przeworski em seu livro “*Capitalismo e social-democracia*”, o processo de auto-educação e construção de sua solidariedade de classe era dificultado pela fragmentação e concorrência presentes entre os próprios trabalhadores. Repetindo o célebre argumento já esboçado por Kautsky e Lênin, o autor destaca a importância do partido para a superação das particularidades e fracionamentos internos da classe operária, de modo a propiciar a adesão dos trabalhadores ao socialismo:

Os operários individuais, bem como os relacionados a uma firma ou setor específico, têm um poderoso incentivo para lutar por seus interesses particulares em detrimento de outros operários na ausência de alguma organização - sindicato, partido ou Estado diretamente - com poderes para impor a disciplina coletiva. Portanto, para superar a competição, os operários precisam organizar-se como uma força coletiva (PRZEWORSKI, 1999: 35).

Sob este prisma, a transformação da “classe em si” em “classe para si”, o despertar dos trabalhadores para sua missão histórica e o desenvolvimento de suas potencialidades revolucionárias exigiam, portanto, um longo e demorado processo de aprendizagem e organização. Ao partido caberia o papel de incitar a coesão, a combatividade e a identificação dos trabalhadores com sua classe, suscitando a modificação de seu comportamento político. Assim, através da agitação política os social-democratas esperavam atrair a atenção das camadas de operários mais amplas e mais atrasadas para as questões políticas e sociais, associando a luta econômica contra o patronato e o governo à luta política.

A fim de estimular o ímpeto revolucionário das massas trabalhadoras fazia-se igualmente necessário combater a influência ideológica exercida pelas instituições controladas pelas classes dominantes, como a escola, o exército e as associações sindicais de caráter burguês e pequeno-

burguês. A criação de sindicatos desatrelados à política conservadora e assistencialista do governo foi, portanto, um dos pontos cruciais na luta pela superação da reificação das relações sociais e das ilusões quanto às possibilidades proporcionadas por um Estado social e de direito. Com efeito, os Sindicatos Livres - que, norteados pelos ideais da social-democracia, visavam minar a resistência ao socialismo e a desatenção em relação à política - tiveram um crescimento estrondoso no final do século XIX, reunindo cerca de 90.000 trabalhadores em 1888, 294.000 em 1893, 680.000 em 1900 e 2.500.000 em 1914 (GUSTAFSSON, 1975: 21). Ademais, a base social - composta principalmente por mineiros, metalúrgicos e trabalhadores das indústrias de construção, transportes, tecidos e madeiras (ELEY, 2005: 99-102) - e a estrutura centralizadora dos sindicatos de massa permitiam a coordenação e a vinculação entre estes e o Partido Social-Democrata.

Não obstante a incrível expansão dos Sindicatos Livres, estes ainda enfrentavam a forte concorrência das sociedades de artesãos (gráficos, carpinteiros, pedreiros, luveiros, ferreiros, moldadores, etc.) e de associações profissionais localistas e religiosas. Na Alemanha, as condições decorrentes da unificação política e territorial do Império - composto pela anexação e incorporação de trinta e seis Estados - suscitaram a formação de inúmeras minorias nacionais. A diversificação cultural, étnica e religiosa deu origem a pequenos partidos e organizações sindicais de alcance local ou regional que representavam um sério empecilho ao avanço da social-democracia.

A dificuldade em conquistar os votos dos católicos em Estados como a Renânia, a Baviera e a Prússia (particularmente na Silésia e na Westfalia), além das cidades industriais do Ruhr, era patente. A influência do “catolicismo social”, principalmente entre camponeses e membros das classes médias baixas, resultou na formação de variadas associações assistencialistas de caráter religioso. Nas regiões católicas foram criadas organizações abertamente hostis aos socialistas como o *Volksverein für das katholische Deutschland*, cuja sede era situada em München-Gladbach.

Os inumeráveis *Arbeitervereine* católicos, sob o controle de clérigos, e os sindicatos cristãos (*Christliche Gewerkschaften*), organizados em uma União Geral, condenaram em seu congresso de 1899 a doutrina da luta de classes e defenderam a associação do trabalho e do capital sobre uma base profissional, em consonância com as diretrizes oficiais da Igreja. Embora a Encíclica *Rerum Novarum*, enunciada pelo Papa Leão XIII em 1891, criticasse os excessos do liberalismo econômico, condenava o socialismo e os sindicatos, exortando a classe trabalhadora a não aderir a greves e a revitalizar corporações artesanais como forma de enfrentar os abusos do capitalismo. A criação do Partido do Centro (*Zentrumspartei*) em 1870 e a amenização da *Kulturkampf* na década de 80 permitiram que os católicos pudessem levar adiante uma política no *Reichstag* até certo ponto independente, ora constituindo o “bloco azul e negro” - através da aliança com os conservadores - ora integrando o “bloco vermelho e negro” - contando com o apoio de social-democratas.

Tal como os católicos, os protestantes também criaram suas organizações próprias. A sudoeste da Alemanha o “protestantismo social” do *Deutsche Protestantenverein* proliferou. Associações mais conservadoras e dogmáticas foram criadas no final da década de 1880, como o Partido Social Cristão, liderado pelo pastor Adolf Stöcker. Marcado por idéias anti-semitas este “movimento cristão-social” (*christlich-sozial*), de base pequeno-burguesa, opunha-se a judeus, progressistas e social-democratas, em nome da defesa de valores cristãos e germânicos. Em seu programa de

1892 demandavam a luta incondicional contra os social-democratas - considerados inimigos do Estado - e o sufrágio universal.

Além dos fatores profissionais, nacionais e religiosos, a desarticulação dos trabalhadores ainda era agravada pelo sistema político e eleitoral vigente na Alemanha. Cada Estado do Império possuía sua própria Constituição e determinava os limites da atuação política legal. A Constituição da Prússia, outorgada em 1850, estabelecia, por exemplo, o “sistema das três classes” nas eleições para o Parlamento local (*Landtag*), segundo o qual os eleitores (exclusivamente do sexo masculino) eram divididos de acordo com o montante de impostos pagos.

Não bastassem as distorções provocadas por este sistema, o voto era indireto e aberto, o que dava margem a fraudes e à corrupção, além de enfraquecer a posição política dos social-democratas, que se viam obrigados a apoiar liberais e católicos no segundo turno das eleições. A política de alianças, contudo, era repudiada pela maioria do SPD, pois implicaria a assunção de compromissos que poderiam comprometer o caráter proletário do partido.

Se em alguns Estados os social-democratas encontravam grandes dificuldades para a participação no Parlamento local, no âmbito federal realizaram grandes conquistas nas eleições para o *Reichstag*, cujos membros eram eleitos em eleições diretas, por sufrágio masculino (aos maiores de 25 anos), e cumpriam um mandato de 5 anos. Mesmo durante a vigência da legislação proibitiva os resultados obtidos pelo SPD eram impressionantes.

Apesar da intensa e permanente vigilância e intervenção do governo, a social-democracia manteve sua trajetória ascendente, ganhando cada vez mais espaço no cenário político germânico. Já em 1890, o SPD conseguiu superar o número de votos recebidos por todos os demais partidos: o *Zentrumspartei* católico, o *Volkspartei* (composto por liberais de esquerda), o *Nationalliberale Partei* (integrado por liberais de direita e conservadores), o Partido Conservador (composto por *Junkers* prussianos e nacionalistas que reivindicavam tarifas protecionistas), o Partido Conservador Independente (que, além de proprietários de terras, reunia industriais e capitalistas do Ruhr) e o *Reichspartei*.

Cabe ressaltar que as eleições para o *Reichstag* baseavam-se em circunscrições distritais já obsoletas em termos de representação populacional. Como conseqüência, os distritos agrícolas - onde predominava a influência dos católicos e de conservadores - continuavam a deter grande peso político, apesar do crescimento das grandes cidades. Apesar do prejuízo causado pela defasagem do sistema de representação eleitoral - baseado no censo realizado ainda na década de 1860 - a social-democracia avançava a olhos vistos.

A revogação da legislação anti-socialista em setembro de 1890 e o arrefecimento da repressão praticada pelo exército e pela polícia permitiram aos social-democratas aperfeiçoarem e expandirem sua organização e repensarem sua tática política de pura oposição e isolamento em relação a outros partidos. Tal tática incluía a oposição sistemática ao governo mediante a rejeição dos créditos solicitados pelo governo e a recusa a apresentar candidatos a cargos parlamentares - o que ocorreu efetivamente em 1912, quando Scheidemann ocupou o cargo de vice-presidente do Parlamento.

Por fim, podemos compreender, através da análise do processo de industrialização em curso na Alemanha na transição do século XIX para o XX, a rearticulação de forças nas dimensões

política e social, que propiciaram um novo espaço para a construção de um movimento operário forte e independente, que ocupasse um papel de destaque no plano internacional. Deste modo, a impressionante expansão das associações partidárias e sindicais dos trabalhadores, não somente em termos de número de adesões, mas igualmente em relação à sua estrutura organizacional, levou o Partido Social-Democrata Alemão a tornar-se um influente e poderoso modelo para outros partidos socialistas da Europa.

BIBLIOGRAFIA

COLE, George Douglas Howard. *Historia del pensamiento socialista: la segunda internacional: 1889-1914*. México: Fondo de Cultura Economica, v.1, 1959.

DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme* - tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

_____. *Europa: restauracion y revolucion 1815-1848*. Madrid: siglo veintiuno, 1988.

ELEY, Geof. *Foijando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

GAY, Peter. *The dilemma of democratic socialism*. New York: Columbia University Press, 1970.

GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y revisionismo: la critica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*. México: Grijaldo, 1975.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

JOLL, James. *La Segunda Internacional*. Movimiento obrero 1889-1914. Barcelona: Icaria, 1976.

LASSALLE, Ferdinand. *Manifesto operário e outros textos*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1999.

LOUREIRO, Isabel M. *A Revolução Alemã, 1918 - 1923*. São Paulo: UNESP, 2005.

MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.2, 1980a.

_____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, v.3, 1980b.

MARX, Karl; ENGELS, F; LENIN, V. I. *Crítica do Programa de Gotha, Crítica do Programa de Erfurt e Marxismo e Revisionismo*. Porto: Portucalense, 1971.

MAYER, Arno J. *A força da tradição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMANOSK, Marcelo. “A poderosa indústria química alemã”. *In: Desvendando a história*. Ano 1, n.6. São Paulo: Escala educacional, 2005, p.35-43.

RINGER, Fritz K. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890-1933*. São Paulo: Edusp, 2000.

RODES, John E. *Germany: a history*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1964.

SCHORSKE, Carl E. *German social democracy. 1905- 1917: The development of the great schism*. New York: Harper Torchbooks, 1972.

STONE, Norman. *La Europa transformada 1878-1919*. Madrid: siglo veintiuno, 1985.

WEBER, Max. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.